



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE**

**Departamento: Gemologia**

**Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras**

**Código: GEM06814**

**Carga Horária Semestral: 60h/a**

**Créditos: 04**

**Professor: Neiva Lima dos Santos Buaziz**

**Período: 2011/2**

## **PROGRAMA DE DISCIPLINA**

### **A. EMENTA**

Legislação Ambiental: histórico, evolução dos conceitos ambientais, legislação aplicável, princípios constitucionais (o papel dos entes federativos), IBAMA, órgãos ambientais estaduais e municipais e interferência na área mineral. Licenciamento Ambiental: objetivos, aspectos jurídicos do licenciamento ambiental, competência para o licenciamento, restrições técnicas e jurídicas do licenciamento, penalidades, recursos administrativos e judiciais. Normas regulamentadoras de mineração. Termos de ajuste de conduta(TAC); ação civil pública e regularização perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais; o registro das empresas; Gestão ambiental e competitividade; O Estudo do impacto ambiental(EIA) e o relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA); Requisitos de validade dos Autos de Infração por convênios com o IBAMA; Atividade mineral em área de conservação em área de preservação permanente e reserva legal; Criação de parque nacional sobre área mineralizada. Indenizações cabíveis. Orientações do STJ; Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documento não configura crime de desobediência; Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas, Tombamento, possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicos na área tombada, analise a partir de um caso concreto – a Serra da Piedade.

### **B. OBJETIVO**

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e evolução Jurídica da Legislação Ambiental. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes entre o meio ambiente e as atividades Mineradoras. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação adequada e identificação de impactos ambientais. Identificar riscos da atividade mineral e ambiental. Estudo e aplicação da Constituição Federal, do Código Ambiental, Leis e Decretos Ambientais aplicados as atividades Mineradoras.

## **C. PROGRAMA**

### **1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico, evolução e conceitos)**

**2. Introdução ao Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, conceitos e princípios constitucionais)** pág.11 a 17, William Freire da bibliografia recomendada.

**3. Gestão Ambiental e Competitividade:** William Freire

**4. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM:** pág.19 a 30, William Freire.

**5. Legislação Ambiental:** pág. 461 a 462 e 515 Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.

5.1 Constituição Federal Capítulo VI - Do Meio Ambiente

**6. Órgãos Ambientais IBAMA e CONAMA:** pág. 549 Uile Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

6.1 Decretos Nº 99.274, De 6 de junho de 1990

**7. Normas Reguladoras de Mineração – Termos de Ajustes de Conduta “TAC”:** William Freire.

7.1 O estudo do impacto ambiental “EIA” e o relatório de impacto ao meio ambiente “RIMA”

**8. Objetivos e aspectos jurídicos da política nacional do Meio Ambiente**  
**William Freire**

8.1 Política nacional do Meio Ambiente Lei nº6. 938 de 31 de Agosto de 1981:

**9. Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente:** pág. 478 Uile Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

**10. Requisitos de validade dos Autos de Infração por convênios com o IBAMA:** pág. 31 William Freire da bibliografia recomendada.

**11. Atividade Mineral em Unidades de Conservação em área de Preservação Permanente e Reserva Legal – SNUC:** pág. 49 William Freire da bibliografia recomendada.

**12. Não Atendimento de Notificação expedida pelo IBAMA:** pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

**13. Proteção do Patrimônio Espeleológico e Possibilidade de Supressão de cavidades Naturais Subterrâneas:** pág. 137 - William Freire da bibliografia recomendada.

**14. Tombamento - Possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicas na área tombada, analise a partir de um caso concreto – Serra da Piedade.** : pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.

## **D – METODOLOGIA**

### **Procedimentos:**

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.
- trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;
- Discussão orientada de estudos de casos.

### **Recursos:**

- Quadro e pincel;
- projetor de multimídia (data show)
- textos diversificados

## **E.CRITERIOS DE AVALIAÇÃO**

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 10% da nota total;
- b) Duas avaliações individuais escritas – 60% da nota total (1ª em 14/08/2011 – 2ª em 11/11/2011); prova final será no dia 07/12/2011.
- c) Um seminário e trabalhos sobre tema a ser definido oportunamente, individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final da unidade – 20% da nota total;
- d) Um trabalho individual sobre tema a ser definido - estudo de caso –10% da nota total.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichas, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.
- e) Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.
- f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.
- g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa

exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

## F. BIBLIOGRAFIA

DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, W. Direito Ambiental aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos, 2005.

KNIGHT, A.e HARRIGTON, J.A Implantação de ISSO 14000 – Como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficiência. São Paulo: Atlas, 2001. ROLES A.Jr. Custos de Qualidade: Aspectos de gestão ambiental. São Paulo, 2003

DANTAS, Marcelo Buzaglo. LEITE, José Rubens Morato. Aspectos Processuais do Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-9ª** Ed. Brasília 2004.589p.

## G. Bibliografia Recomendada:

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental - 9ª** Ed. Brasília 2004.589p.

FREIRE, W. Direito Ambiental aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos, 2005.

---

Professora Sonia Maria Dalcomuni  
Chefe do Departamento de Gemologia

---

Professora Neiva Lima dos Santos Buaziz